Relvas—Francisco Manuel Couceiro da Costa—Antônio de Paiva Gomes—Antônio Maria de Freitas Soares—Tito Augusto de Moraes—Júlio do Patrocínio Martins—José Carlos da Maia—Domingos Leite Pereira—Augusto Dias da Silva—Jorge de Vasconcelos Nunes.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 5:245

Atendendo a que se pode considerar como terminado o estado de guerra;

Atendendo a que é necessário voltar-se à anterior legislação em matéria de provas de aptidão ao posto imediato;

Atendendo a que devem respeitar-se e cumprir-se algumas disposições contidas no decreto que suspendeu as mencionadas provas;

Atendendo a que outras disposições se tornam precisas para normalizar o dito acesso ao posto imediato:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Guerra, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Aos coronéis, para prestarem as provas de aptidão ao posto de general e para ascenderem ao dito posto, é dispensada apenas a condição exigida na alínea b) do artigo 437.º do decreto de 25 de Maio de 1911.

§ 1.º As condições da alínea citada serão cumpridas, no todo ou em parte, sempre que o oficial, embora tirocinado, tenha tempo de as desempenhar.

§ 2.º O tempo de serviço como expedicionário à França ou à África será considerado equivalente ao exigido na alínea e).

Art. 2.º Passam a ser exigidas para a promoção ao posto de major as condições expressas no artigo 434.º do decreto de 25 de Maio de 1911.

§ 1.º O tempo de serviço como expedicionário à França ou à África será considerado como equivalente ao exigido na alínea g) do mesmo artigo.

§ 2.º As condições das alíneas b), c), d), e), e f) do n.º 1; b) e c) do n.º 2; c) d) e e) do n.º 3 do artigo 434.º serão cumpridas no todo ou em parte se o oficial tiver tempo de as cumprir ou se tais serviços forem determinados.

Art. 3.º Os oficiais que foram promovidos a major sem terem feito exame de provas especiais de aptidão serão chamados a prestá-las perante os júris e nos locais que forem determinados.

§ 1.º São dispensados das citadas provas os oficiais que tendo entrado em campanha hajam sido promovidos por distinção ao posto de major, e aqueles que, não tendo obtido esta promoção por distinção, tenham obtido no desempenho de funções da respectiva arma ou serviço na zona da frente boas informações sobre a sua conduta e aptidão militar.

§ 2.º Para apreciação destas informações organizar-se há um processo que será remetido ao Conselho Superior de Promoções, que emitirá o seu parecer sobre se o oficial deve ou não ser dispensado de prestar as citadas provas.

§ 3.º Este processo constará de:

- a) Informações anuais;
- b) Informações dos diferentes comandos sob cujas ordens o oficial serviu em campanha;
- c) Opinião do comando superior das forças em operações de que fez parte.

Art. 4.º Os oficiais que à data do exame se encontram em serviço de expedição ou em comissão fora do

continente da República serão sujeitos às provas de aptidão quando a êle regressarem, não podendo os que se encontrarem em comissão ser promovidos, se por escala lhes pertencer, sem que prestem as ditas provas, indo depois ocupar na escala de acesso o lugar que lhes pertenceria se não houvessem sido preteridos.

Art. 5.º O oficial que desistir de prestar as provas a que fôr chamado ou que nelas não obtenha aprovação será desde logo passado à situação de reserva se tiver sido promovido a major sem o exame de provas especiais.

Art. 6.º Durante o ano de 1919 podem ser chamados a prestar provas de aptidão os capitães que estejam no quinto superior da respectiva escala, se o requererem, muito embora não tenham o tempo de permanência exigido nas alíneas a) dos n.ºs 1.º, 2.º e 3.º do artigo 434.º do decreto de 25 de Maio de 1911, nem o respectivo grau da Escola Central de Officiais e cursos técnicos ou de tiro a que o mesmo artigo se refere.

Art. 7.º Os oficiais de que trata o artigo anterior que ficarem reprovados não poderão ser promovidos sem aprovação em novo exame, que nunca poderá ser feito antes de passado um ano sobre a data das primeiras provas.

§ único. Esta disposição não altera o disposto nos artigos 15.º e 16.º de decreto de 11 de Outubro de 1913.

O Ministro da Guerra o faça publicar. Paços do Governo da República, em 6 de Março de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—Antônio Maria de Freitas Soares.

Decreto n.º 5:246

Dispondo a alínea g) do artigo 2.º do decreto n.º 5:030, de 1 de Dezembro último, que a Ordem da Torre e Espada poderá ser concedida às entidades e nos termos prescritos no § único do artigo 2.º e no artigo 3.º do decreto n.º 3:386, de 26 de Setembro de 1917;

Sendo, porém, de justiça que a faculdade de galardoar as praças de guerra que, por altos feitos, se tenham notavelmente distinguido em qualquer campanha se torne extensiva às cidades e vilas que de igual forma se tenham distinguido:

Hei por bem decretar, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições, o seguinte:

Artigo 1.º A alínea g) do artigo 2.º do decreto n.º 5:030, de 1 de Dezembro de 1918, passa a ter a seguinte redacção:

g) Esta Ordem poderá ser conferida a unidades militares, praças de guerra, cidades e vilas que, por altos feitos, se tenham notavelmente distinguido em qualquer campanha, combate ou acção.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 8 de Março de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—José Relvas—Francisco Manuel Couceiro da Costa—Antônio de Paiva Gomes—Antônio Maria de Freitas Soares—Tito Augusto de Moraes—Júlio do Patrocínio Martins—José Carlos da Maia—Domingos Leite Pereira—Augusto Dias da Silva—Jorge de Vasconcelos Nunes.

Decreto n.º 5:247

Sendo conveniente estabelecer as subvenções a abonar aos oficiais e praças que façam parte das unidades e for-

mações mobilizadas desde 1 do corrente, e usando da faculdade concedida pela lei n.º 834, de 19 de Fevereiro do corrente ano: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º As subvenções a abonar aos oficiais e praças que façam parte de unidades e formações mobilizadas, a quem, por determinação do Ministro da Guerra, deva ser aplicado este decreto, são as seguintes:

General	7\$00
Coronel	6\$00
Tenente-coronel ou major	5\$00
Capitão	4\$00
Subalternos ou aspirante a oficial.	3\$50
Sargento ajudante ou aluno da Escola de Guerra	2\$00
Primeiro ou segundo sargento	1\$50
Cabo ou soldado	\$20

§ 1.º As subvenções a que se refere este artigo principiam a ser abonadas desde o dia em que a unidade ou formação se deslocou do seu centro de mobilização ou entrou em serviço especial depois de mobilizada e terminará no primeiro dia de desmobilização.

§ 2.º Até a véspera do dia em que a unidade ou formação se deslocar do seu centro de mobilização ou entrar em serviço especial depois de mobilizada, os oficiais e praças receberão as ajudas de custo e demais vencimentos a que tiverem direito pela legislação de tempo de paz.

Art. 2.º As subvenções a abonar a *chauffeurs* e motociclistas civis, desde o dia em que se apresentam para serviço até o dia em que são dispensados do mesmo serviço, são as seguintes:

<i>Chauffeur</i> mecânico, em serviço especial	2\$50
<i>Chauffeur</i>	2\$00
Motociclista	1\$50
Ciclistas	1\$00

Art. 3.º Será abonada por conta do Estado apenas uma ração de víveres a cada militar mobilizado ou cada civil prestando serviço nas unidades e formações mobilizadas.

§ único. Instruções especiais regularão a forma de abonar, compor e liquidar a alimentação das tropas mobilizadas.

Art. 4.º As unidades e formações mobilizadas poderão depender com transportes, reparações, expediente e outras pequenas despesas as quantias julgadas indispensáveis pelos comandos de que dependam, ouvido o chefe dos serviços administrativos.

Art. 5.º As despesas extraordinárias, até a importância de 500\$, carecem de autorização escrita do comando da grande unidade ou agrupamento ou quem as suas vezes fizer, e parecer do chefe dos serviços administrativos respectivo. As despesas de importância superior sómente podem ser abonadas pelo Ministério da Guerra, devendo as propostas ser dirigidas à 2.ª Direcção Geral da Secretaria da Guerra.

Art. 5.º Nas relações organizadas em harmonia com o n.º 88 das instruções para o serviço dos quartéis gerais do regulamento de campanha (2.ª parte), o Ministro da Guerra, indicará as unidades e formações a que deve ser aplicado o presente decreto.

Art. 7.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga toda a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as repartições assim o tenham entendido e façam publicar e cumprir. Paços do Governo da República, 8 de Março de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—José Relvas—Francisco Manuel Couceiro da Costa—António de Paiva Gomes—António Maria de Freitas Soares—Tito Augusto de Moraes—

Júlio do Patrocínio Martins—José Carlos da Maia—Domingos Leite Pereira—Augusto Dias da Silva—Jorge de Vasconcelos Nunes.

1.ª Direcção Geral

3.ª Repartição

Decreto n.º 5:248

Sendo de toda a conveniência para o serviço, em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O § 2.º do artigo 103.º, 2.ª parte, do regulamento geral do serviço do exército deverá passar a ter a seguinte redacção:

§ 2.º Os impedidos dos oficiais não arregimentados, nos termos do parágrafo anterior, serão mandados nomear pelo comandante da divisão, para os oficiais das armas montadas nas correspondentes unidades das respectivas armas, para os restantes oficiais nas correspondentes companhias de equipagens dos grupos de tropas de administração militar, mediante proposta dos interessados apresentada ao chefe do serviço a que estejam subordinados, sendo ouvido o comandante da unidade a que o soldado pertencer.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam publicar. Paços do Governo da República, 1 de Março de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—José Relvas—Francisco Manuel Couceiro da Costa—António de Paiva Gomes—António Maria de Freitas Soares—Tito Augusto de Moraes—Júlio do Patrocínio Martins—José Carlos da Maia—Domingos Leite Pereira—Augusto Dias da Silva—Jorge de Vasconcelos Nunes.

Decreto n.º 5:249

Tendo a experiência demonstrado toda a conveniência e a necessidade de ser aumentado o pessoal dos distritos do recrutamento para se poder proceder com ordem e método à elaboração das estatísticas a que se refere o n.º 2 do artigo 282.º da organização do exército metropolitano:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O pessoal de cada distrito de recrutamento é aumentado com um capitão ou subalerno na situação de reserva e um sargento.

§ único. O pessoal a que este artigo se refere fica especialmente encarregado de colher com toda a precisão os dados estatísticos sobre os recursos locais concernentes aos serviços de subsistências e fardamento, os quais serão fornecidos ao Estado Maior do Exército.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam publicar. Paços do Governo da República, 1 de Março de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—José Relvas—Francisco Manuel Couceiro da Costa—António de Paiva Gomes—António Maria de Freitas Soares—Tito Augusto de Moraes—Júlio do Patrocínio Martins—José Carlos da Maia—Domingos Leite Pereira—Augusto Dias da Silva—Jorge de Vasconcelos Nunes.